

Salinha de Iniciação Científica do GERIMA

O Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (GERIMA) da UFRGS convida a todas/os a participarem da sessão de apresentação de projetos de Iniciação Científica em andamento e debate com colegas, no dia 27 de setembro de 2022, das 9h às 12h. Acontecerá presencialmente na sala 301 na FCE e de forma online através [deste link](#). Serão apresentados os seguintes projetos:

‘Não venha para a Austrália de barco!’: relações entre as negociações do clima e a migração climática a partir do caso australiano

- Laura Brusso Rossi

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e o direito de consulta: uma análise do Protocolo de Consulta Juruna em relação ao projeto Belo Sun

- Leticia Martins

Externalização de custos ambientais: aspectos das políticas comercial e ambiental da Noruega no Brasil e o caso da empresa Denofa frente ao princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro

- Erik Marins

Mudanças climáticas e questões de segurança na Nigéria

- Lucas Barreto Isdra

Negociações sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional: Atores Nacionais e Contexto Institucional

- Thales Jéferson Rodrigues Schmitt

Securitização das mudanças climáticas no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007-2022)

- Nathália Luize de Farias

Possibilidades de pensar Relações Internacionais e o domínio do espaço

- Alice da Cruz Busatto

Análise do papel de gênero nas discussões internacionais sobre o Meio Ambiente

- Júlia Campos Fernandes

Justiça Climática e os Movimentos Sociais

- Francielle Silva

‘Não venha para a Austrália de barco!’: relações entre as negociações do clima e a migração climática a partir do caso australiano

Laura Brusso Rossi

A pesquisa trata do posicionamento australiano em relação ao tema da migração climática, seja no regime do clima, seja em suas políticas migratórias domésticas. A justificativa se encontra em vista da urgência climática e do grande número de migrantes que buscam refúgio no território australiano. Trata-se de pesquisa exploratória, de enfoque qualitativo, que busca relacionar a posição australiana no regime do clima e suas políticas migratórias, durante o período de 2015 a 2021, posto que as mudanças climáticas podem intensificar os deslocamentos na região. Em diálogo com o campo de estudos migratórios, especificamente com a literatura sobre negociações internacionais relacionadas à migração climática, e a partir do mapeamento de relatórios das COPS referentes ao tema, e de documentos do governo da Austrália, delineia-se o posicionamento australiano em relação ao tema da migração climática. Com os resultados preliminares obtidos, percebe-se que a Austrália não apresenta políticas efetivas de redução de emissão, ao mesmo tempo em que continua investindo na utilização de carvão e outros combustíveis fósseis. No âmbito das políticas migratórias australianas, verificou-se que o país se nega a proporcionar asilo às pessoas atingidas pelos fenômenos do clima, promovendo iniciativas contra imigrantes chegados por mar e investindo em centros de detenção em países vizinhos a fim de impedir a solicitação de visto no território australiano. Nesse sentido, apesar dos povos dos Estados insulares do pacífico condenarem as políticas climáticas ineficazes apresentadas pela Austrália, o país continua a se afastar de sua responsabilidade no que tange a contribuição para as mudanças climáticas, bem como da responsabilidade em relação aos migrantes climáticos.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e o direito de consulta: uma análise do Protocolo de Consulta Juruna em relação ao projeto Belo Sun

Leticia Martins

A Convenção 169 e o direito de consulta, enquanto instrumentos normativos internacionais internalizados pelo Estado brasileiro, podem representar uma importante ferramenta de resistência dos povos indígenas em relação às sucessivas violações de direitos desses povos perpetradas pelo Estado. A análise do Protocolo Juruna nos permite identificar como os Juruna da Terra Indígena Paquçamba interpretam, ressignificam e utilizam essa ferramenta prevista no acordo internacional. A presente pesquisa, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, objetiva identificar como o direito de consentimento livre, prévio e informado previsto na Convenção 169 da OIT foi invocado e instrumentalizado pelos povos indígenas como ferramenta de comunicação e defesa de seus direitos. Para tanto, realiza-se um estudo de caso a partir do Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquçamba da Volta Grande do rio Xingu e de sua utilização para se contrapor a um empreendimento transnacional de exploração em área próxima de seu território. Os objetos empíricos utilizados foram a Convenção 169 da OIT, bem como o Protocolo Juruna frente aos empreendimentos hidrelétricos da Usina de Belo Sun. Subsidiariamente, foram consultados documentos e relatórios oficiais e produzidos por organizações indígenas em relação à construção da hidrelétrica de Belo Monte, bem como as peças jurídicas relacionadas ao caso de Belo Sun. Os resultados da pesquisa indicam que, no caso de Belo Monte, não foi possível que a população afetada com o projeto conseguisse instrumentalizar efetivamente seu direito de ser consultado previamente e o projeto teve continuidade sem seu consentimento. Em contrapartida, no caso de Belo Sun, que segue em julgamento, a comunidade Juruna conseguiu operacionalizar de maneira efetiva os recursos disponibilizados pela OIT para reivindicar o projeto. Com a instalação da usina de Belo Sun a população Juruna já pôde ser beneficiada com os protocolos de consulta, conseguindo frear temporariamente os trabalhos da mineradora.

Externalização de custos ambientais: aspectos das políticas comercial e ambiental da Noruega no Brasil e o caso da empresa Denofa frente ao princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro

Erik Marins

A Noruega é bastante engajada nas discussões ambientais, propondo ações internacionais para mitigação das mudanças climáticas e organizando fundos para a preservação de florestas. Contudo, muitos atores noruegueses não colocam tal discurso em prática. O trabalho possui por objetivo analisar aspectos das políticas comercial e ambiental da Noruega no Brasil, para compreender os princípios que as moldam, os quais muitas vezes não estão claros ou são contraditórios, tendo em mente que o país investe fortemente na indústria extrativa predatória. Sendo assim, analisa-se o princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, assinada pelo país, que trata sobre a necessidade da internalização de custos ambientais para as nações que poluem. A pesquisa exploratória e qualitativa é feita pelo estudo de caso da atuação da empresa Denofa, processadora de grãos de soja brasileiros. Os materiais analisados consistem em documentos que explicitam as políticas ambientais e comerciais da Noruega, discursos de autoridades, o site oficial da Denofa, a Declaração do Rio de Janeiro e literatura sobre a cadeia de produção da soja brasileira, focando nas atividades de 2012 até a atualidade. Os resultados parciais apontam para a estratégia de externalização de custos ambientais, utilizando-se do discurso ambientalista para direcionar países em desenvolvimento à redução de emissões, mesmo que os atores transfiram para tais países as ações em prol desse objetivo. Ainda, o governo norueguês negligencia os problemas da cadeia produtiva de indústrias com efeitos nocivos ao planeta, onde suas empresas estão inseridas. O caso da Denofa indica uma atuação ambivalente, uma vez que sua cadeia de produção envolve o desmatamento e a posterior elaboração de ração para a piscicultura norueguesa. Por fim, a externalização de custos também é vista na discrepância entre a verba destinada às questões ambientais e o financiamento da indústria extrativa - este bastante superior.

Mudanças climáticas e questões de segurança na Nigéria

Lucas Barreto Isdra

O aquecimento global se apresenta atualmente como um dos maiores desafios do século XXI, com um poder destrutivo semelhante ao poder destrutivo que coloca em risco a existência humana no planeta. Porém, as mudanças climáticas ameaçam os países de forma desigual, ameaçando muito mais o grupo de países em desenvolvimento, principalmente os agrários, que não possuem a capacidade de se adaptar conforme as necessidades. Nesse sentido, o risco de catástrofes e crises humanitárias é extremamente alto em países como a Nigéria, que são fortemente ameaçados pelas mudanças climáticas, e também tem uma taxa de natalidade elevada, potencializando ainda mais os riscos. Dentro dessa conjuntura, o papel do Estado é colocado em cheque, uma vez que as mudanças climáticas afetam a segurança humana e a efetividade dos Estados de diversas formas, e é urgente que os estudos sobre como lidar com essas questões sejam aprofundados

Negociações sobre Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional: Atores Nacionais e Contexto Institucional

Thales Jéferson Rodrigues Schmitt

O uso e a conservação da biodiversidade além da jurisdição nacional (BBNJ) é atualmente objeto de negociações multilaterais, buscando resolver uma lacuna relevante da governança dos oceanos através da criação de novo instrumento legal vinculativo internacional. Em 2018, reuniões formais para estabelecimento de acordo sobre o tema iniciaram, com discussões envolvendo tópicos de exploração, como uso de recursos genéticos marinhos e capacitação, e de conservação, como estudos de impacto ambiental e áreas de proteção. Considerando a importância da questão para a política internacional e a preservação ambiental, bem como as possibilidades de expansão da literatura sobre negociações multilaterais, o objetivo deste trabalho é compreender a Conferência Intergovernamental sobre BBNJ (2018-2022) em curso a partir das delegações nacionais presentes e sua relação com desenvolvimentos institucionais e normativos. Parte-se de abordagem teórica construtivista em diálogo com o conceito de instituições desenvolvido por teóricos recentes da Escola Inglesa. Emprega-se metodologia quali-quantitativa, com análise histórico-institucional do contexto das negociações e proposição de quadro de análise de composição de delegações com enfoque burocrático e normativo. A investigação utiliza como fontes primárias listas de participantes e relatórios das reuniões da Conferência. Resultados apontam vantagens de negociação para o pequeno grupo de potências tecnológicas — Estados Unidos, União Europeia, China e Japão, seguidos por Coreia do Sul, Rússia e Índia —, que apresentam delegações maiores e maior diversidade de delegados, considerando sua origem organizacional-burocrática, em especial representantes de órgãos de exploração de recursos, de ministérios de meio ambiente e de instituições acadêmicas. Além disso, há preponderância de normas soberanistas no processo de negociação. Conclui-se que as negociações multilaterais sobre BBNJ são marcadas por desigualdades de barganha e por limitações associadas ao direito internacional enquanto instituição fundamental e não devem resultar em acordo ambicioso no sentido de conservação da biodiversidade.

Securitização das mudanças climáticas no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2007-2022)

Nathália Luize de Farias

Suscitado pelo final da Guerra Fria, houve um debate ampliador-aprofundador no campo da Segurança Internacional, no qual destaca-se o esforço da Escola de Copenhague, que aliou o estadocentrismo das perspectivas tradicionais a noções construtivistas. Nesse sentido, presumindo-se que o mundo é construído mediante processos intersubjetivos e coletivos, foi desenvolvido o conceito de securitização, que trata da apresentação de uma questão em termos de segurança. Isto é, qualquer questão pública pode estar localizada em um espectro que varia do não-politizado, politizado ao securitizado, que seria como uma forma excepcional e extrema de política. Nesse contexto, consolidaram-se as discussões a respeito da securitização das mudanças climáticas, dada a urgência e implicações dessas. Neste trabalho, tomar-se-á os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas como agentes securitizadores.

A primeira reunião do Conselho de Segurança que examinou as ligações entre mudança climática e insegurança aconteceu em abril de 2007. Desde então, o órgão adotou cada vez mais medidas que reconhecem que as duas questões estão relacionadas. Em 2021, houve a votação de um projeto de resolução promovido por Níger e Irlanda, que estabelecia os riscos de segurança relacionados ao clima como um elemento central nas estratégias gerais de prevenção de conflitos da organização. Enquanto doze membros do Conselho apoiaram a resolução, três manifestaram oposição a ela — a Índia votou contra, a China se absteve e a Rússia vetou —, argumentando que não havia base científica para igualar as mudanças climáticas às preocupações de segurança e que o Conselho corria o risco de invadir as prerrogativas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, como o principal fórum da ONU para discutir as mudanças climáticas. Apesar dessa oposição, conclui-se que o CSNU desenvolveu uma agenda climática constante e até crescente desde o primeiro debate em 2007.

Após enquadrar o objeto da pesquisa por meio da teoria da securitização, buscar-se-á entender as razões e interesses dos países-membros ao abordarem esse tema em uma esfera de segurança. Para tanto, aplicar-se-á o Neorrealismo, pois a percepção neorrealista sobre este processo de securitização das mudanças climáticas evidencia as preocupações de ganhos relativos que levam alguns Estados a serem prudentes em seus esforços internacionais, ou, em sentido contrário, faz com que eles entendam como um espaço de discussão que teriam a ganhar.

Dito isso, o processo de securitização envolve compreender a urgência de um tema pertencente ao escopo da política, cujo enfrentamento necessitaria de medidas excepcionais. Tendo em vista as implicações concretas e as previsões alarmantes referentes às mudanças climáticas, a securitização pode parecer uma medida necessária. Contudo, esse processo é multifacetado e pode ser entendido distintamente conforme as lentes aplicadas. Com isso, neste trabalho buscar-se-á analisar esse processo no CSNU, bem como compreendê-lo a partir de discussões construtivistas e neorrealistas. Para entender o processo de securitização das mudanças climáticas no CSNU, serão analisadas fontes primárias. Já há na literatura a identificação de debates, declarações e resoluções que tratam das mudanças climáticas. Nesse sentido, não será feita uma análise quantitativa dos documentos, mas uma análise qualitativa daqueles mais relevantes, a fim de complementar e exemplificar o que será dito a partir da revisão de literatura.

Possibilidades de pensar Relações Internacionais e o domínio do espaço

Alice da Cruz Busatto

A vida na Terra depende cada vez mais do domínio do espaço sideral. Nesse contexto, as tecnologias espaciais desempenham um papel central no monitoramento das mudanças climáticas, previsão do tempo, gestão de desastres e operações de busca e salvamento. Contudo, os detritos espaciais ameaçam o uso dessas tecnologias. Isso acontece, pois o acúmulo de detritos aumenta o risco de colisão com satélites e naves e a alteração da densidade das camadas do espaço torna a queda de detritos cada vez mais comum nos oceanos. Neste cenário, outra atividade que constitui um desafio é a possibilidade de mineração de asteroides. Assim, a pesquisa possui como objetivo pensar o domínio do espaço por meio das Relações Internacionais. Para isso, procuramos fazer um levantamento histórico da ocupação do espaço e dos tratados que regem as atividades espaciais, entender o problema dos detritos e avaliar as possíveis consequências da mineração de asteroides.

Análise do papel de gênero nas discussões internacionais sobre o Meio Ambiente

Júlia Campos Fernandes

Resumo a ser enviado posteriormente. O documento será atualizado [neste link](#).

Justiça Climática e os Movimentos Sociais

Francielle Silva

A pesquisa explora o debate sobre questões raciais na política ambiental internacional, com enfoque nas agendas do movimento Black Lives Matter (BLM) para a superação da crise climática. O objetivo geral é compreender em que medida as propostas do BLM estão abarcadas, superam ou se contrapõem à Agenda Climática Internacional, ou seja, se abarca as agendas das comunidades negras, as mesmas que constantemente são encontradas em situação de vulnerabilidade devido ao racismo ambiental. A justificativa para realização da pesquisa reside na urgência de trazer evidência para esses novos atores no âmbito de processos decisórios. Para atingir o objetivo proposto, foi feita uma análise qualitativa e de caráter exploratório nos conteúdos divulgados nas mídias sociais e demais meios digitais relativos ao BLM. Após sintetizar os elementos da agenda climática do BLM, buscou-se identificá-las nas propostas apresentadas nas COPs. Os resultados preliminares indicam que algumas das pautas do BLM estão presentes, mas não aprofundam ações efetivas sobre justiça climática e justiça racial. Questões sobre vulnerabilidades e desigualdades estão presentes no Acordo de Paris, por exemplo, e na agenda do BLM, mas o movimento o faz a partir da reivindicação da centralidade do debate em questões de justiça ambiental e justiça racial. Ou seja, este defende que não é possível tratar da questão das vulnerabilidades sem tratar da questão racial, pois quem está nas áreas mais afetadas e vulneráveis são as populações negras. Assim, enfrentar as mudanças climáticas envolve romper com o racismo sistêmico e estrutural caracterizado pelo BLM como “capitalismo racial”. Sendo assim, as críticas do BLM ao capitalismo parecem extrapolar o que prevê as Agendas Climáticas para enfrentar as mudanças climáticas, sendo necessária a continuidade da pesquisa para aprofundar esse aspecto.